

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI N.º 026 DE 26 DE MAIO DE 2025

Súmula: Inclui dispositivo à Lei Municipal nº. 731/2011, que dispõe sobre o **Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Congonhinhas, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído o § 3º ao artigo 2º da Lei Municipal n.º 731/2011, contendo a seguinte redação:

Art. 2° (...)

§ 3º O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA do Município de Congonhinhas, criado pela Lei Municipal n.º 1.224/2023, por meio de seus membros e sua diretoria, exercerá a fiscalização e acompanhamento dos atos inerentes ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, podendo a diretoria do conselho adotar medidas necessárias à implementação do fundo municipal de que trata esta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Congonhinhas, 26 de maio de 2025.

José Olegário Ribeiro Lopes

Prefeito Municipal

Douglas Danillo Barreto da Silva

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1957 OAB/PR nº. 74.746



GABINETE DO PREFEITO

JUSTIFICATIVAS AO PROJETO

Excelentíssimo Senhor Presidente;

Senhores Vereadores,

Encaminhamos para apreciação dessa Casa de Leis o Projeto de Lei nº. 026 de 26 de maio de 2025, que "Inclui dispositivo à Lei Municipal nº. 731/2011, que dispõe sobre o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, e dá outras providências".

Pelo Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo – GAEMA (Santo Antônio da Platina) do Ministério Público do Estado do Paraná foi recomendado ao Município de Congonhinhas a implementação do Fundo Municipal de Meio Ambiente. Recentemente o Município de Congonhinhas recebeu o seguinte ofício do GAEMA:

Ofício GAEMA/SAP nº 247/2025

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente, tendo em vista o disposto no artigo 129, incisos III e VI, da Constituição Federal, o artigo 26, I, "b", da Lei nº 8.625/93 e o artigo 58, I, "b", da Lei Estadual nº 85/99, com o fim de instruir o Procedimento Administrativo nº MPPR-0130.23.000371-2, solicita-se, no prazo de 10 (dez) dias, que encaminhe as seguintes informações e documentos ao Ministério Público:

I) Informe se já foi realizada a atualização do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, nos termos da Lei Municipal nº 1.224/2023, que fora atualizada recentemente;

II) Informe quais medidas estão sendo tomadas para a implementação do Fundo Municipal de Meio Ambiente:

Aproveita-se da oportunidade para encaminhar o Ofício Circular GAEMA/SAP nº 50/2024, que trata da necessidade da criação de Fundo Municipal exclusivamente de Meio Ambiente.

Ao ensejo, reiteram-se protestos de elevada estima e distinta consideração.

KELE CRISTIANI KELE CRISTIANI DIOGO DIOGO BAHENA Dados; 2025.05.16 18:26:08

KELE CRISTIANI DIOGO BAHENA

Promotora de Justiça

Pois bem.

GABINETE DO PREFEITO

Como é cediço, para a implementação do Fundo Municipal de Meio Ambiente precisa haver um Conselho Municipal de Meio Ambiente, para fins de fiscalização, acompanhamento e constituição do fundo.

Considerando que no ano de 2023 foi criado no Município de Congonhinhas o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA pela Lei Municipal n.º 1.224/2023, objetivando evitar a criação de dois conselhos praticamente com a mesma finalidade, foi verificado junto ao GAEMA, em reunião, se o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental poderia ser utilizado para fins de acompanhamento e fiscalização do Fundo Municipal de Meio Ambiente, havendo anuência por parte do GAEMA.

Vale destacar que no ano de 2011 já houve a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente (Lei Municipal n.º 731/2011) todavia o fundo em questão **ainda não foi formalmente constituído, com a criação de CNPJ, abertura de conta bancária, inclusão nos sistemas de fiscalização etc.**

Assim sendo, necessária se faz a presente propositura, objetivando vincular o Fundo Municipal de Meio Ambiente ao Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, para que o Presidente possa dar andamento nas providências acima mencionadas.

Importante também enfatizar que a Promotoria de Justiça de Congonhinhas, em reunião realizada no dia 20/05/2025, também solicitou ao Município de Congonhinhas a implementação do Fundo Municipal de Meio Ambiente, para que possam ser destinados recursos decorrentes de Termos de Ajustamento de Conduta.

Considerando tais arrazoados, havendo a necessidade de criação do fundo e atender à solicitação do GAEMA, havendo prazo, requeremos que a tramitação desta propositura seja sob **REGIME DE URGÊNCIA E EXTRAORDINARIAMENTE**, nos termos constantes do art. 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Congonhinhas.

Diante do exposto e certo da conveniência deste Projeto de Lei, solicito que o mesmo seja apreciado por essa Casa Legislativa e, na oportunidade, reitero os meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.



GABINETE DO PREFEITO

José Olegário Ribeiro Lopes

Prefeito Municipal

Douglas Danillo Barreto da Silva

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1957 OAB/PR nº. 74.746

